



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARARU  
GABINETE DA PREFEITA**

**LEI Nº 732/2021  
DE 08 DE SETEMBRO DE 2021**

**PUBLICADO EM,**

08 / 09 / 2021



**Diogenes Dionizio Lima  
Secretário Chefe  
Decreto nº 33/2021**

**ESTABELECE REGIME JURÍDICO ÚNICO  
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO  
MUNICÍPIO DE GARARU, E DÁ  
PROVIDÊNCIAS.**

**GILZETE DIONIZA DE MATOS, PREFEITA MUNICIPAL DE GARARU, ESTADO DE SERGIPE**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo o art. 64 da Lei Orgânica do Município de Gararu, Estado de Sergipe. **FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI.**

**Art. 1º** - O Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Gararu é estabelecido como o estatutário, nos termos da Lei Orgânica Municipal, observadas as disposições constitucionais existentes a respeito e o disposto nesta Lei.

**§ 1º** - Esta Lei abrange os órgãos da Administração Direta, e as entidades autárquicas e fundacionais da Administração Indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Gararu.

**§ 2º** - Ficam submetidos ao regime jurídico único de que trata esta Lei os atuais servidores:

I - Já sujeitos ao regime estatutário;

II - Sujeitos ao regime do Decreto-Lei (Federal) n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), e legislação trabalhista complementar;

III - Regidos por legislação especial;







**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GARARU**  
**GABINETE DA PREFEITA**

---

IV - Quaisquer outros que eventualmente não estejam sob o regime estatutário.

§ 2º - Os servidores de órgãos da Administração Direta, e de entidades autárquicas e fundacionais da Administração Indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo, ficam submetidos ao regime estatutário de que trata a Lei n.º 158, de 07 de março de 1972 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Gararu), ressalvados os casos de Carreiras que contem com legislação específica.

§ 3º - Os servidores ocupantes de cargos integrantes de Carreiras que contem com legislação específica, por ela devem ser regidos, obedecendo-se, subsidiariamente, as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Gararu.

Art. 2º - Os servidores públicos municipais a que se refere o art. 1º desta Lei, devem ter a formalização da respectiva modificação de regime, bem como das adequações necessárias, realizada “*ex-officio*”, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, admitida uma única prorrogação.

Art. 3º - Fica assegurado aos atuais servidores celetistas do Município de Gararu, o direito de optar, observado o prazo estipulado nos termos do art. 2º desta Lei, por permanecerem sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação trabalhista complementar.

§ 1º - Os servidores que optarem pela permanência sob o regime celetista, nos termos do “caput” deste artigo, passam a integrar um Quadro Suplementar de Pessoal, a ser criado em cada Poder, autarquia ou fundação pública municipal, cujos empregos devem ficar automaticamente extintos à medida que vagarem.

§ 2º - O direito de opção referido no “caput” deste artigo deve ser exercido mediante a assinatura de termo padronizado, a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Administração.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GARARU**  
**GABINETE DA PREFEITA**

---

**Art. 4º** - As ações decorrentes desta Lei devem ficar sob a responsabilidade centralizada da Secretaria Municipal de Administração, respeitada a independência do Poder Legislativo e a autonomia das entidades autárquicas e fundacionais.

**Art. 5º** - Mediante solicitação justificada do Secretário Municipal de Administração, o Prefeito Municipal pode constituir Comissão Especial para o gerenciamento das ações decorrentes desta Lei, assegurada a participação do órgão de assistência jurídica.

**Art. 6º** - As normas, instruções e/ou orientações regulares, que se fizerem necessárias à aplicação ou execução desta Lei, devem ser expedidas mediante atos do Poder Executivo.

**Art. 7º** - Ao Poder Executivo cabe promover as medidas necessárias para efetivação dos procedimentos orçamentários e financeiros decorrentes da execução ou aplicação desta Lei, correndo, as respectivas despesas, à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento do Município para o mesmo Poder Executivo.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GARARU, ESTADO DE SERGIPE, EM 08 DE SETEMBRO DE 2021; 199º DA INDEPENDÊNCIA, 131º DA REPÚBLICA E 144º DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO.**

  
**GILZETE DIONIZA DE MATOS**

**Prefeita Municipal**